



EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.
CNPJ/MF nº 27.821.748/0001-01
NIRE nº 32.300.035.558
("Companhia")

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 29 DE MARÇO DE 2019

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 29 de março de 2019, às 12:00hs, na sede da Companhia, na Rua Governador Blay, nº 94, Sala 03, Bairro da Colina, Cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo, CEP 29.900-380.

2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Presente a acionista que representa a totalidade do capital social, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Acionistas da Companhia, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

3. MESA: Assumiu a presidência dos trabalhos o Sr. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas, que nomeou o Sr. Fábio William Loreti para secretariá-lo.

4. ORDEM DO DIA: O Sr. Presidente da Mesa informou a todos que a presente Assembleia tinha por finalidade: (i) deliberar sobre rerratificação da deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária de 29 de março de 2019, às 11h00hs, registrada na JUCEES sob o número 20192154311, em sessão de 10.4.2019, para fazer constar a correção do artigo 2º do Estatuto Social; (ii) alterar o jornal de grance circulação em que a Companhia realiza suas publicações legais; e (iii) consolidar o Estatuto Social da Companhia.

5. DELIBERAÇÕES: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, os acionistas, aprovaram a rerratificação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de março de 2019, às 11h00hs, a qual deliberou sobre a alteração do endereço da sede da Companhia localizada no estado do Espírito Santo, cidade de São Mateus, Rua Governador Bley, 94, sala 3, – Bairro Colina, CEP 29900-380, para a capital do estado de São Paulo, com endereço na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 7º andar – sala 11, Bairro Vila Olímpia, CEP 04547-006, para fazer constar, adicionalmente, a inclusão do endereço por completo no Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia.

5.1 Face à deliberação acima, aprovaram a alteração do caput do Artigo 2º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação:

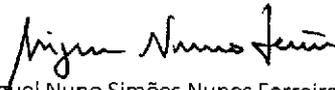
"Artigo 2º A Sociedade tem sede na capital do estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 7º andar – sala 11, Bairro Vila Olímpia, CEP: 04547-006, que é seu foro."

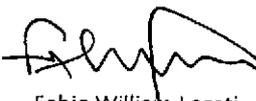
5.2 Considerando a alteração do endereço da sede da Companhia, ratificaram o jornal "Valor Econômico" como sendo o jornal de grande circulação em que a Companhia realiza suas publicações legais, além do jornal "Diário Oficial do Estado de São Paulo".

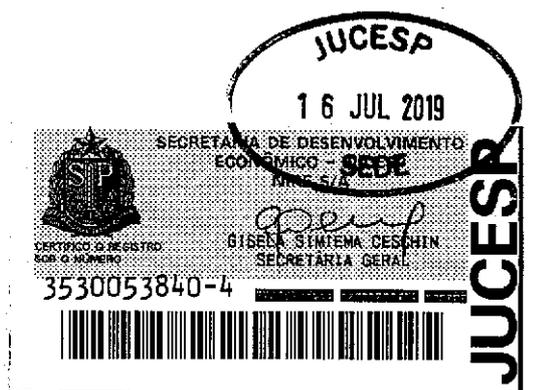
5.3 Ao final, aprovaram a consólidaco do Estatuto Social, que passa a vigorar, a partir desta data, com a redaco constante do documento "Anexo" que, integra a presente Ata para todos os fins de direito e será arquivado na Sede da Companhia, assim como no registro de comercio.

ENCERRAMENTO: Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário  impressão desta ata em lote de folhas soltas, em forma de sumário, conforme faculta o artigo 130, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Aoes, a qual após ter sido reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os acionistas. Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas: Presidente da Mesa. Fabio William Loreti: Secretário da Mesa. Acionistas: EDP - ENERGIAS DO BRASIL S.A., e MIGUEL NUNO SIMÕES NUNES FERREIRA SETAS.

Declaramos que a presente  cópia fiel extraída do original.


Miguel Nuno Simões Nunes Ferreira Setas
Presidente da Mesa


Fabio William Loreti
Secretário da Mesa



Junta Comercial do Estado do Espirito Santo

Certifico o registro do arquivamento sob numero 20190104872 em 01/07/2019, da empresa registrada nesta sob o NIRE 32300035558 e protocolo 190104872 de 30/05/2019. Esta copia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/07/2019 por Paulo Cezar Juffo - Secretario Geral. Valide este documento com a chancela VU*822785E5D4AF25BC-1 em <https://www.jucees.es.gov.br/autenticaweb/>



ANEXO
À ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Realizada em 29 de março de 2019

EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A.
CNPJ/MF nº 27.821.748/0001-01
NIRE nº 32.300.035.558
("Companhia")

ESTATUTO SOCIAL CONSOLIDADO

Artigo 1º EDP TRANSMISSÃO SP-MG S.A. é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Artigo 2º A Sociedade tem sede na capital do estado de São Paulo, na Rua Gomes de Carvalho, 1996, 7º andar – sala 11, Bairro Vila Olímpia, CEP: 04547-006, que é seu foro.

Parágrafo Único: Por deliberação da Diretoria o endereço da sede poderá ser alterado, bem como poderão ser criadas, transferidas ou extintas filiais, escritórios, agências ou depósitos em qualquer local do território nacional.

Artigo 3º A Companhia terá prazo de duração indeterminado.

Artigo 4º A Sociedade tem por objeto a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

CAPÍTULO II
Do Capital Social e das Ações

Artigo 5º O capital social da sociedade é de R\$15.001.000,00 (quinze milhões e um mil reais), totalmente subscrito e parcialmente integralizado, representado por 15.001.000 (quinze milhões e um mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da Companhia.

Parágrafo Segundo A Companhia poderá criar, mediante deliberação da Assembleia Geral, ações preferenciais.

Artigo 6º As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o registro do arquivamento sob número 20190104872 em 01/07/2019, da empresa registrada nesta sob o NIRE 32300035558 e protocolo 190104872 de 30/05/2019. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/07/2019 por Paulo Cezar Juffo - Secretário Geral. Valide este documento com a chancela VU*822785E5D4AF25BC-1 em <https://www.jucees.es.gov.br/autenticaweb/>

Parágrafo Primeiro A propriedade das ações presume-se pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro de Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas".

Parágrafo Segundo Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificado de ações. Os certificados das ações serão assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor juntamente com 1 (um) procurador legal com poderes especiais.

CAPÍTULO III Das Assembleias Gerais

Artigo 7º A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses da Companhia o exigirem.

Parágrafo Primeiro As Assembleias Gerais serão convocadas pelo Conselho de Administração, representado pelo seu Presidente, por seu Vice-Presidente ou por (dois) dos seus membros em conjunto, ou ainda de acordo com as demais disposições legais aplicáveis, com, no mínimo, 8 (oito) dias de antecedência.

Parágrafo Segundo A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido pela maioria de votos dos acionistas presentes, cabendo ao presidente da Assembleia designar o secretário.

Artigo 8º As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos e arquivadas em livro próprio.

Artigo 9º O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado.

CAPÍTULO IV Da Administração

Artigo 10. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, com poderes conferidos pela lei aplicável e de acordo com o presente Estatuto Social.

Parágrafo Primeiro Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria serão investidos em seus cargos por termo lavrado e assinado no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria, permanecendo sujeitos aos requisitos, impedimentos, deveres, obrigações e responsabilidades previstos nos Artigos 145 a 158 da Lei das Sociedades por Ações.

Artigo 11. O prazo de mandato do Conselho de Administração e da Diretoria será de 3 (três) anos, podendo ser reeleitos, mas qualquer que seja a data da eleição, os mandatos dos Conselheiros e dos Diretores terminarão na data da eleição e posse de seus sucessores.

Artigo 12. A remuneração global do Conselho de Administração e da Diretoria será anualmente fixada pela Assembleia Geral, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre a respectiva distribuição.



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o registro do arquivamento sob número 20190104872 em 01/07/2019, da empresa registrada nesta sob o NIRE 32300035558 e protocolo 190104872 de 30/05/2019. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/07/2019 por Paulo Cezar Juffo - Secretário Geral. Valide este documento com a chancela VU*822785E5D4AF25BC-1 em <https://www.jucees.es.gov.br/autenticaweb/>

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 13. O Conselho de administração será composto por até 5 (cinco) membros, dos quais um será o seu Presidente e outro o seu Vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.

Artigo 14. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, a cada 3 (três) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Artigo 15. As reuniões do Conselho de Administração poderão ser convocadas por seu Presidente, por seu Vice-Presidente ou por quaisquer 2 (dois) membros em conjunto, mediante notificação escrita entregue com antecedência mínima de 5 (cinco) dias e com apresentação da pauta dos assuntos a serem tratados.

Parágrafo Único Independentemente das formalidades previstas no "caput", será considerada regular a reunião a que comparecerem todos os Conselheiros por si ou representados na forma do Parágrafo Segundo do Artigo 16.

Artigo 16. As reuniões do Conselho de Administração somente se instalarão com a presença da maioria de seus membros em exercício.

Parágrafo Primeiro As reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e secretariadas por quem ele indicar. No caso de impedimento ou ausência temporária do Presidente do Conselho de Administração, as reuniões do Conselho de Administração serão presididas pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração ou, na sua ausência, por Conselheiro escolhido por maioria dos votos dos demais membros do Conselho, cabendo ao presidente da reunião indicar o secretário.

Parágrafo Segundo No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer membro do Conselho de Administração, este poderá nomear outro membro para representá-lo, caso em que, em se tratando de ausência temporária, o membro assim nomeado para representá-lo deverá votar nas reuniões do Conselho de Administração em seu próprio nome e em nome do membro por ele representado. A nomeação deverá ser expressamente aceita pelo membro nomeado, bem como notificada ao Presidente do Conselho de Administração. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o membro do Conselho de Administração poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta ou fac-símile entregue ao Presidente do Conselho de Administração, ou ainda, por correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente, com prova de recebimento pelo Presidente do Conselho de Administração.

Parágrafo Terceiro Em caso de vacância do cargo de qualquer membro do Conselho de Administração, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral que se realizar após a caracterização da vacância do cargo.

Artigo 17. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas mediante o voto favorável da maioria dos membros em exercício, computados os votos proferidos na forma do Artigo 16, Parágrafo Segundo, sendo que, no caso de empate, caberá ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade.



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o registro do arquivamento sob número 20190104872 em 01/07/2019, da empresa registrada nesta sob o NIRE 32300035558 e protocolo 190104872 de 30/05/2019. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/07/2019 por Paulo Cezar Juffo - Secretário Geral. Valide este documento com a chancela VU*822785E5D4AF25BC-1 em <https://www.jucees.es.gov.br/autenticaweb/>

Artigo 18. As reuniões do Conselho de Administração serão realizadas, preferencialmente, na sede da Companhia. Serão admitidas reuniões por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros do Conselho de Administração que participarem remotamente da reunião do Conselho deverão expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente.

Parágrafo Primeiro Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Conselheiros fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração da Companhia. Os votos proferidos por Conselheiros que participarem remotamente da reunião do Conselho ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 16, Parágrafo Segundo *in fine* deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas do Conselho de Administração, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Conselheiro ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Parágrafo Segundo Deverão ser publicadas e arquivadas no registro do comércio as atas de reunião do Conselho de Administração da Companhia que contiverem deliberação destinada a produzir efeitos perante terceiros.

Artigo 19. Compete ao Conselho de Administração:

- (a) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) eleger e destituir a Diretoria da Companhia, fixando as atribuições dos seus membros, observadas as disposições aplicáveis deste Estatuto Social;
- (c) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração pela Companhia, e praticar quaisquer outros atos necessários ao exercício de suas funções;
- (d) convocar a Assembleia Geral nos casos previstos em lei ou quando julgar conveniente;
- (e) manifestar-se sobre o relatório e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras do exercício que deverão ser submetidas à Assembleia Geral Ordinária;
- (f) estabelecer os limites e valores de alçada da Diretoria para aquisição, alienação ou oneração de direitos, bens móveis ou imóveis, incluindo participações societárias, bem como a contratação de bens e serviços, de empréstimos e financiamentos, prestação de garantia em favor de terceiros e de outras obrigações pela Companhia;
- (g) deliberar sobre qualquer negócio entre, de um lado, a Companhia e, de outro lado, quaisquer de seus acionistas diretos ou indiretos;
- (h) escolher e destituir auditores independentes;



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o registro do arquivamento sob numero 20190104872 em 01/07/2019, da empresa registrada nesta sob o NIRE 32300035558 e protocolo 190104872 de 30/05/2019. Esta copia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/07/2019 por Paulo Cezar Juffo - Secretario Geral. Valide este documento com a chancela VU*822785E5D4AF25BC-1 em <https://www.jucees.es.gov.br/autenticaweb/>

- (i) deliberar sobre os assuntos que lhe foram submetidos pela Diretoria;
- (j) submeter à Assembleia Geral propostas de aumento de capital, bem como de reforma do Estatuto Social;
- (k) deliberar sobre a emissão, colocação, preço e condições de integralização de ações, debêntures conversíveis e bônus de subscrição;
- (l) deliberar sobre a oportunidade da emissão de debêntures, o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures a serem emitidas, a época, as condições de pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso das debêntures, se houver, bem como a época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures;
- (m) aprovar os planos de negócios e orçamentos anuais e os planos plurianuais, operacionais e de investimento da Companhia;
- (n) autorizar a emissão de títulos de dívida no mercado internacional e de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real, para distribuição pública ou privada, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
- (o) autorizar a emissão de notas promissórias (*commercial papers*) para distribuição pública no Brasil ou no exterior, bem como dispor sobre os termos e as condições da emissão;
- (p) propor à deliberação da Assembleia Geral a destinação a ser dada ao saldo remanescente dos lucros de cada exercício;
- (q) declarar dividendos intermediários e intercalares, bem como juros sobre o capital, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e das demais disposições legais aplicáveis;
- (r) dispor a respeito da ordem de seus trabalhos e estabelecer as normas regimentais de seu funcionamento, observadas as disposições deste Estatuto Social.

Artigo 20. O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá estabelecer a formação de Comitês técnicos e consultivos, com objetivos e funções definidos, compostos por integrantes dos órgãos de administração da Companhia ou não.

Parágrafo Único. Caberá ao Conselho de Administração estabelecer as normas aplicáveis aos Comitês, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão, remuneração e funcionamento.

Da Diretoria

Artigo 21. A Diretoria será composta por até 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo 1 (um) Diretor Presidente, 1 (um) Diretor Administrativo, 1 (um) Diretor Técnico, 1 (um) Diretor Financeiro e 1 (um) Diretor.

Artigo 22. Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo presente



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o registro do arquivamento sob número 20190104872 em 01/07/2019, da empresa registrada nesta sob o NIRE 32300035558 e protocolo 190104872 de 30/05/2019. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/07/2019 por Paulo Cezar Juffo - Secretário Geral. Valide este documento com a chancela VU*822785E5D4AF25BC-1 em <https://www.jucees.es.gov.br/autenticaweb/>

Estatuto atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos de administração necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, de acordo com a orientação geral dos negócios estabelecida pelo Conselho de Administração, incluindo resolver sobre a aplicação de recursos, transigir, renunciar, ceder direitos, confessar dívidas, fazer acordos, firmar compromissos, contrair obrigações, celebrar contratos, adquirir, alienar e onerar bens móveis e imóveis, prestar caução, avais e fianças, emitir, endossar, caucionar, descontar, sacar e avalizar títulos em geral, assim como abrir, movimentar e encerrar contas em estabelecimentos de crédito, observadas as restrições legais e aquelas estabelecidas neste Estatuto Social.

Artigo 23. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quaisquer dois Diretores, em conjunto, sempre que assim exigirem os negócios sociais, com antecedência mínima de 02 (dois) dias, e a reunião somente será instalada com a presença da maioria de seus membros.

Parágrafo Primeiro No caso de impedimento ou ausência temporária de qualquer Diretor, este poderá nomear outro Diretor para representá-lo nas reuniões, caso em que, o Diretor assim nomeado para representá-lo deverá votar nas reuniões da Diretoria em seu próprio nome e em nome do Diretor por ele representado. A nomeação deverá ser realizada mediante notificação escrita ao Diretor Presidente, que deverá conter claramente o nome do Diretor designado e os poderes a ele conferidos e será anexada à ata da respectiva reunião. Alternativamente, em se tratando de ausência temporária, o Diretor poderá, com base na pauta dos assuntos a serem tratados, manifestar seu voto por escrito, por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico entregue ao Diretor Presidente.

Parágrafo Segundo Ocorrendo vaga na Diretoria, compete aos demais Diretores indicar, entre os mesmos, um substituto que acumulará, interinamente, as funções do substituído, perdurando a substituição interina até o provimento definitivo do cargo a ser decidido pela primeira reunião do Conselho de Administração que se realizar, atuando o substituto então eleito até o término do mandato da Diretoria.

Parágrafo Terceiro As reuniões da Diretoria poderão ser realizadas por meio de teleconferência, videoconferência ou outros meios de comunicação, e tal participação será considerada presença pessoal em referida reunião. Neste caso, os membros da Diretoria que participarem remotamente da reunião da Diretoria deverá expressar seus votos por meio de carta, fac-símile ou correio eletrônico que identifique de forma inequívoca o remetente.

Parágrafo Quarto Ao término da reunião, deverá ser lavrada ata, a qual deverá ser assinada por todos os Diretores fisicamente presentes à reunião, e posteriormente transcrita no Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia. Os votos proferidos por Diretores que participarem remotamente da reunião da Diretoria ou que tenham se manifestado na forma do Artigo 23, Parágrafo Terceiro *in fine* deverão igualmente constar no Livro de Registro de Atas da Diretoria, devendo a cópia da carta, fac-símile ou mensagem eletrônica, conforme o caso, contendo o voto do Diretor ser juntada ao Livro logo após a transcrição da ata.

Artigo 24. As deliberações nas reuniões da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes em cada reunião ou que tenham manifestado seu voto na forma do Artigo 23, Parágrafo Terceiro, sendo que, no caso de empate, caberá ao Diretor Presidente o voto de qualidade.



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o registro do arquivamento sob numero 20190104872 em 01/07/2019, da empresa registrada nesta sob o NIRE 32300035558 e protocolo 190104872 de 30/05/2019. Esta copia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/07/2019 por Paulo Cezar Juffo - Secretario Geral. Valide este documento com a chancela VU*822785E5D4AF25BC-1 em <https://www.jucees.es.gov.br/autenticaweb/>

Artigo 25. A Companhia considerar-se-á obrigada quando representada:

- a) conjuntamente, por dois Diretores;
- b) conjuntamente, por um Diretor e um procurador, quando assim for designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que lhes houverem sido conferidos;
- c) conjuntamente, por dois procuradores, quando assim for designado nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que lhes houverem sido conferidos; e
- d) isoladamente, por um só Diretor ou um procurador, para a prática dos seguintes atos:
 - (i) de representação da Companhia perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais e municipais, entidades de classes, bem como nas Assembleias ou Reuniões de entidades de direito privado nas quais a Companhia participe como patrocinadora, membro fundador ou simplesmente membro participante;
 - (ii) de endosso de cheques para depósito em contas bancárias da Companhia; e
 - (iii) de representação da Companhia perante sindicatos ou Justiça do Trabalho, inclusive para matérias de admissão, suspensão ou demissão de empregados e para acordos trabalhistas.

Parágrafo Primeiro Nos atos de constituição de procuradores, a Companhia deverá ser representada por dois Diretores.

Parágrafo Segundo Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Companhia terão prazo de vigência determinado, não superior a 1 (um) ano.

Parágrafo Terceiro Em operações estranhas aos negócios e objetivos sociais, é vedado aos Diretores concederem fianças ou avais em nome da Companhia, bem como contrair obrigações de qualquer natureza, respondendo cada um deles pessoalmente pela infringência desta cláusula, salvo quando aprovado em Assembleia Geral dos acionistas.

CAPÍTULO V Do Conselho Fiscal

Artigo 26. A Companhia terá um Conselho Fiscal não permanente composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral que deliberar sua instalação e que lhes fixará os honorários, respeitados os limites legais. Quando de seu funcionamento, o Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes conferidos por lei. O período de funcionamento do Conselho Fiscal terminará na primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após a sua instalação.

CAPÍTULO VI Do Exercício Social, Lucros e Dividendos



Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o registro do arquivamento sob número 20190104872 em 01/07/2019, da empresa registrada nesta sob o NIRE 32300035558 e protocolo 190104872 de 30/05/2019. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/07/2019 por Paulo Cezar Juffo - Secretário Geral. Valide este documento com a chancela VU*822785E5D4AF25BC-1 em <https://www.jucees.es.gov.br/autenticaweb/>

Artigo 27. O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas na legislação aplicável.

Artigo 28. O lucro líquido apurado no exercício terá a seguinte destinação:

(a) a parcela de 5% (cinco por cento) será deduzida para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) a parcela correspondente a, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no Artigo 202, I, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída ao acionista como dividendo anual mínimo obrigatório;

(c) o saldo remanescente, após atendidas as disposições contidas nos itens anteriores deste Artigo, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral com base na proposta da Administração, conforme o disposto nos Artigos 176, parágrafo 3º e 196 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as disposições contidas no Artigo 134, parágrafo 4º da referida Lei. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais ao seu acionista.

Parágrafo Único Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contado da data em que tenham sido postos à disposição de seu acionista, prescreverão em benefício da Companhia.

Artigo 29. A Companhia poderá levantar balanços semestrais e/ou trimestrais, podendo com base neles declarar, por deliberação do Conselho de Administração, dividendos intermediários e intercalares. Os dividendos intermediários e intercalares previstos neste Artigo poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Artigo 30. A Companhia poderá pagar ao seu acionista juros sobre o capital próprio, os quais poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório.

Parágrafo Único Revertem em favor da Companhia os juros sobre o capital próprio que não forem reclamados dentro do prazo de 3 (três) anos após a data em que forem colocados à disposição de seu acionista.

CAPÍTULO VII Da Liquidação e Disposições Finais

Artigo 31 A Companhia se dissolverá e entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou em virtude de decisão dos acionistas em Assembleia Geral especialmente convocada para tal fim.

Parágrafo Único Compete à Assembleia Geral estabelecer a forma de liquidação, bem como eleger o liquidante, fixando-lhe a remuneração.

Artigo 32 Os casos omissos neste Estatuto serão decididos pelas disposições legais aplicáveis da Assembleia Geral.



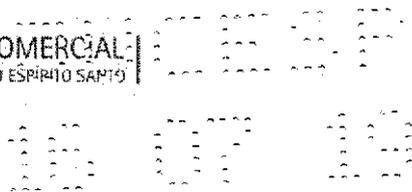
Junta Comercial do Estado do Espírito Santo

Certifico o registro do arquivamento sob número 20190104872 em 01/07/2019, da empresa registrada nesta sob o NIRE 32300035558 e protocolo 190104872 de 30/05/2019. Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 03/07/2019 por Paulo Cezar Juffo - Secretário Geral. Valide este documento com a chancela VU*822785E5D4AF25BC-1 em <https://www.jucees.es.gov.br/autenticaweb/>



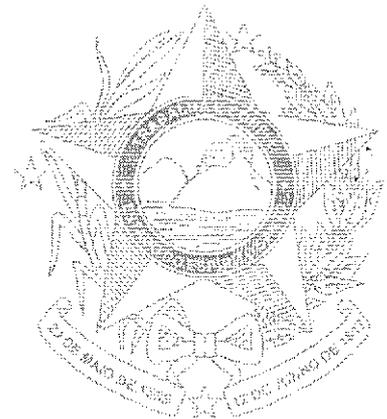
JUCEES

JUNTA COMERCIAL
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



Via Única

Fotocópia de Processo



Documento emitido em www.jucees.es.gov.br

Dados da Empresa

Nome Empresarial EDP TRANSMISSAO SP-MG S.A.	
NIRE 32300035558	Número do Protocolo 190104872

Dados da Certidão

Data de expedição 03/07/2019	Hora de expedição 18:38:54	Chancela VU*822785E5D4AF25BC-1
--	--------------------------------------	--

A autenticidade do presente documento bem como o arquivo na forma eletrônica podem ser verificados no endereço: www.jucees.es.gov.br/autenticaweb/

Documento Assinado por meio digital, conforme MP 2200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, em vigor consoante E.C nº32 de 11/09/2001 - Art.2º.

Art 1º . Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

